

// Portugal

## Ataques de hackers a instituições motivaram 15 inquéritos desde 2011

Por **Marta F. Reis e Luís Rosa**  
publicado em 1 Maio 2014 - 05:00



Share Like 63 +1 1 Tweet 4 Share +2

### Cinco inquéritos relativos à vaga de ataques reivindicada pelos Lulztec e Anonymous em 2011 ainda estão em curso, bem como o do ataque da semana passada. O resto caiu

O site da Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa (PGDL) continuava ontem desactivado depois do ataque informático reivindicado por grupos ligados ao movimento Anonymous. O Ministério Público anunciou a abertura de um inquérito-crime e a investigação está agora a cargo da Polícia Judiciária. É o 15º processo do género que têm em mãos desde 2011. Destes, seis estão ainda em curso e os restantes foram arquivados, por não ser possível reunir provas suficientes ou porque se concluiu pela inexistência de crime.

A Procuradoria-Geral da República confirmou ao *i* que a vaga de ataques informáticos a instituições em 2011, que durou os meses de Novembro e Dezembro, resultou na instauração de 11 inquéritos. Estes ataques que visaram sites de instituições como o Banco de Portugal, PSP ou o DIAP estrearam na opinião pública portuguesa movimentos que usam os ataques informáticos como forma de protesto como o Lulzsec e o Anonymous. No balanço facultado ao *i*, a PGR refere que seis destes inquéritos foram arquivados e cinco estão pendentes. Segundo o *i* apurou, dois casos arquivados foram precisamente os ataques às páginas da PSP e do Banco de Portugal, onde se considerou ter havido apenas um "deface" do site e não uma situação de danificação, divulgação e sabotagem de dados. O *deface* ocorre quando página é alterada para apresentar uma nova imagem, o que aconteceu por exemplo no ataque da passada sexta-feira, reivindicado como uma forma de assinalar o 25 de Abril e onde a página de entrada do site da PGDL foi substituída por um fundo negro, com a frase a "informação é uma arma". Outros casos também arquivados foram os relativos ao DCIAP e PGR: as investigações concluíram não ter havido acesso ilegítimo, situação que pode ocorrer quando o utilizador não desliga a sessão.

Entre os inquéritos ainda em curso está o relativo ao ataque à página da PGDL, que ocorreu a 8 de Novembro de 2011. Em declarações ao "Público", a procuradora-geral distrital de Lisboa Francisca Van Dunem admitiu que os dados roubados no ataque da semana passada - listas com nomes e passwords de magistrados disponíveis na parte de acesso restrito do site - foram os mesmos que os hackers disponibilizaram em 2011.

o que sugere investigações com contornos semelhantes. Segundo o *i* apurou, ontem o site permanecia em baixo não por estarem perícias policiais em curso mas pela morosidade técnica da sua reactivação, que cabe aos serviços de justiça.

Em 2012 foram instaurados outros três inquéritos por ataques informáticos. todos também arquivados.

Questionada sobre contingências que dificultam estes inquéritos, a PGR não invoca falta de meios - obstáculo referido pela procuradora-geral adjunta Maria José Morgado num artigo de opinião publicado no semanário "Expresso" em Janeiro, mas complexidade técnica. Os ataques informáticos costumam recorrer a servidores virtuais, sendo a informação móvel e difícil de localizar. E, muitas vezes, os hackers utilizam técnicas de anonimização do IP e VPN, que tornam difícil identificá-los.

Rui Miguel Silva, coordenador do laboratório UbiNET - Segurança Informática e Cibercrime do Politécnico de Beja, que a 8 de Maio organiza o quinto simpósio nacional dedicado ao cibercrime, ajuda a explicar o alcance destes obstáculos dividindo os ataques de hackers em duas categorias. Uns são feitos por pessoas que dominam ferramentas para entrar em sites, outros mais profissionais como os atribuídos aos Anonymous ou Luztec, com identidade encoberta. Para tal, ligam-se a servidores virtuais de VPN ou proxy server, num fundo para navegar com um IP que não o deles como quem se liga à internet de um cibercafé. Na maioria destes serviços, o contrato de adesão garante confidencialidade do registo a menos que tal seja solicitado por autoridades policiais.

Mas países asiáticos ou do Médio Oriente onde podem ser registados, e muitas vezes usados nos ataques, não estão abrangidos por convenções internacionais que obrigam a esta cooperação, impedindo as autoridades de chegar mais longe. Perante isto, Rui Miguel Silva admite que há dois caminhos para uma estratégia mais eficaz de combate ao cibercrime, um mais provável que outro. "Ou há um reforço das leis internacionais, o que será sempre moroso, ou uma aposta na prevenção, com a segurança vista como uma ameaça global e uma preocupação séria com as vulnerabilidades dos sistemas", diz. "É um problema de consciência. Um galináceo no meio de uma auto-estrada não sabe o perigo que corre", resume.

Manuel David Masseno, responsável pela parte jurídica do mesmo grupo de investigação, admite a dificuldade mas acredita que a falta de meios também pese na

equação difícil de apanhar os hackers. Por outro lado, sublinha que ataques como o *defacement*, segundo a lei portuguesa, são crime de dano informático desde 1991. "A única justificação que vejo para não ser deduzida uma acusação nesses casos é ser reconhecida a insignificância do ataque." Não dar maior protagonismo aos hackers perante um dano semelhante ao de vandalizar uma parede pode ser uma explicação, considera o jurista, ressalvando que no ataque da semana passada a situação parece ser diferente. "Ao divulgarem dados de procuradores como contactos e datas de nascimento, existe também crime à luz da lei de protecção de dados", diz.

Sem resultados palpáveis neste ramo do hackivismo, a PGR refere em balanço que tem havido inquéritos e acusações noutras áreas do cibercrime. Segundo o *i* apurou, um dos primeiros inquéritos já ao abrigo da nova legislação foi o relativo a suspeitas de acesso ilegítimo ao sistema do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa, caso que ficou conhecido como a divulgação de uma lista de espões através do acesso a cartões de livre trânsito de dirigentes dos serviços secretos militares. Foi arquivado uma vez que a investigação revelou que a informação resultou de fotocópia e não de intrusão no SIED.

É por outro lado o caso da acusação por pirataria de jogos, músicas e filmes em violação dos direitos de autor, como a que em 2010 motivou uma acusação do MP contra oito elementos portugueses pertencentes ao grupo internacional Liquid FXP. Também no processo das secretas há acusações neste âmbito, nomeadamente o acesso ilegítimo do ex-espão Silva Carvalho a dados do Estado ou a acusação por devassa da vida privada de Francisco Pinto Balsemão. É também o caso de parte da acusação do MP contra o antigo vice-presidente do Sporting Paulo Pereira Cristóvão, entre sete crimes pronunciado em Julho do ano passado por devassa informática e acesso ilegítimo.

[Ler artigo parcial](#)

## // Conteúdo Relacionado

[Piratas dão a entender novo ataque para hoje na net](#)

TAGS [hackers](#) [inquéritos](#) [ataques](#)